

Aliança do Brasil Seguros S.A.

**Demonstrações Financeiras
Intermediárias em 30 de junho
de 2018**

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	5
Demonstrações financeiras intermediárias auditadas	
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - JUNHO DE 2018

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Aliança do Brasil Seguros S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A Aliança do Brasil Seguros S.A. atua no segmento de seguros de danos, exceto automóveis e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.

Em 26 de junho de 2018 foi divulgado fato relevante em que a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram, junto ao Grupo MAPFRE, a assinatura do acordo de reestruturação da parceria do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, o novo modelo de parceria entre os acionistas, conforme publicado no Diário Oficial da União de 30 de julho de 2018.

Prêmios emitidos

No primeiro semestre de 2018, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 311,1 milhões, aumento de 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, alavancado pela carteira de Massificados, que apresentou crescimento de 9,0% em relação ao mesmo período do ano anterior como consequência de campanhas de vendas nas agências do Banco do Brasil.

Despesas administrativas

No primeiro semestre de 2018 o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 10,9%, com redução de 0,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela empresa juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 13,0 milhões com aumento de 52,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Índice combinado

O índice combinado no primeiro semestre de 2018 foi de 92,8%, redução de 15,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no primeiro semestre de 2018 foi de 89,0%, redução de 16,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Lucro líquido e por ação

A Seguradora apresentou lucro líquido de R\$ 18,8 milhões, aumento de 311,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O lucro líquido por ação foi de R\$1.025,38 no primeiro semestre de 2018 e prejuízo por ação de R\$ (485,7) no mesmo período do ano anterior.

Investimentos e novos negócios

A Seguradora fez investimentos no montante de R\$ 2,3 milhões no primeiro semestre de 2018, destinados a sistemas de informática.

Distribuição de dividendos

No semestre foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 10,6 milhões na forma de dividendos, em Reunião do Comitê de Direção realizada em 20 de fevereiro de 2018.

Conforme previsto no Estatuto da Aliança do Brasil Seguros uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Seguradora declara deter, na categoria “mantidos até o vencimento”, títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 97,5 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 28 de agosto de 2018.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da

Aliança do Brasil Seguros S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Aliança do Brasil Seguros S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança do Brasil Seguros S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		664.644	577.348
Disponível	5	7.560	224
Caixa e bancos		7.560	224
Equivalente de caixa	5	2.716	190
Aplicações	6	226.714	218.723
Créditos das operações com seguros e resseguros		220.557	174.254
Prêmios a receber	8	167.713	147.652
Operações com seguradoras		2.575	3.682
Operações com resseguradoras	9a	50.269	22.920
Outros créditos operacionais		8.488	9.532
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9a	85.689	74.459
Títulos e créditos a receber		40.820	34.122
Títulos e créditos a receber	10	6.765	3.272
Créditos tributários e previdenciários	26b	33.587	29.806
Outros créditos		468	1.044
Outros valores e bens		801	616
Bens a venda		801	616
Despesas antecipadas		837	488
Custos de aquisição diferidos	19	70.462	64.740
Seguros		70.462	64.740
Ativo não circulante		337.015	338.974
Realizável a longo prazo		294.134	291.698
Aplicações	6	212.545	205.740
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9a	24.025	27.311
Títulos e créditos a receber		54.479	56.137
Créditos tributários e previdenciários	26b	30.135	32.590
Depósitos judiciais e fiscais	23a	24.344	23.547
Custos de aquisição diferidos	19	3.085	2.510
Seguros		3.085	2.510
Investimento		281	298
Participações societárias		281	298
Imobilizado	11	209	238
Bens móveis		209	238
Intangível	12	42.391	46.740
Outros intangíveis		42.391	46.740
Total do ativo		1.001.659	916.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		612.125	530.797
Contas a pagar		27.287	30.651
Obrigações a pagar	13	5.523	15.298
Impostos e encargos sociais a recolher		13.179	12.799
Encargos trabalhistas		1.905	1.562
Impostos e contribuições	14	6.680	992
Débitos de operações com seguros e resseguros		115.083	77.180
Prêmios a restituir		1.956	1.746
Operações com seguradoras	15	944	8.178
Operações com resseguradoras	9b	67.502	29.523
Corretores de seguros e resseguros	16	35.170	30.762
Outros débitos operacionais	17	9.511	6.971
Depósitos de terceiros	18	17.511	17.065
Provisões técnicas - seguros	19	452.244	405.901
Danos		452.244	405.901
Passivo não circulante		148.689	152.883
Provisões técnicas - seguros	19	115.441	125.629
Danos		115.441	125.629
Outros débitos		33.248	27.254
Provisões judiciais	23	33.248	27.254
Patrimônio líquido	24	240.845	232.642
Capital social		128.856	128.856
Reservas de lucros		93.202	103.802
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(40)	(16)
Lucros acumulados		18.827	-
Total do passivo e patrimônio líquido		1.001.659	916.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, respectivamente)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Prêmios emitidos	25b	311.095	294.284
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(8.501)	23.096
(=) Prêmios ganhos	25a	302.594	317.380
(+) Receita com emissão de apólice		1.956	1.972
(-) Sinistros ocorridos	25c	(141.965)	(128.839)
(-) Custos de aquisição	25d	(94.444)	(97.686)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	25e	2.923	(37.775)
(+/-) Resultado com resseguro	25f	(5.718)	(34.275)
(+) Receita com resseguro		39.965	4.845
(-) Despesas com resseguro		(45.683)	(39.120)
(-) Despesas administrativas	25g	(32.911)	(36.019)
(-) Despesas com tributos	25h	(10.153)	(9.796)
(+) Resultado financeiro	25i	13.019	8.556
(+) Receitas financeiras		22.130	22.886
(-) Despesas financeiras		(9.111)	(14.330)
(+) Resultado patrimonial		9	6
(=) Resultado operacional		35.310	(16.476)
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		64	-
(=) Resultado antes dos impostos e participações		35.374	(16.476)
(-) Imposto de renda	26a	(8.645)	4.725
(-) Contribuição social	26a	(7.484)	3.569
(-) Participações sobre o resultado		(418)	(736)
(=) Prejuízo/lucro líquido do semestre		18.827	(8.918)
(/) Quantidade de ações		18.361	18.361
(=) Prejuízo/lucro líquido por ação		1.025,38	(485,70)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Prejuízo/lucro líquido do semestre	18.827	(8.918)
Outros resultados abrangentes	(24)	56
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(43)	102
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	19	(46)
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos	18.803	(8.862)
Atribuível aos acionistas:		
Controladores	18.803	(8.862)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Capital social a integralizar	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de investimentos	Ajuste com títulos e valores mobiliários		
Saldo em 1º de janeiro de 2017	115.171	13.685	-	20.759	125.721	(109)	-	275.227
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP/DIORG N° 276, de 20 de março de 2017	13.685	(13.685)	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	56	-	56
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	-	(8.918)	(8.918)
Saldo em 30 de junho de 2017	128.856	-	-	20.759	125.721	(53)	(8.918)	266.365
Saldo em 1º de janeiro de 2018	128.856	-	-	20.759	83.043	(16)	-	232.642
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(24)	-	(24)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de fevereiro de 2018	-	-	-	-	(10.600)	-	-	(10.600)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	18.827	18.827
Saldo em 30 de junho de 2018	128.856	-	-	20.759	72.443	(40)	18.827	240.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	30/06/2018	30/06/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo/lucro líquido do semestre	18.827	(8.918)
Ajustes para:	106.258	117.657
Depreciação e amortizações	6.039	3.912
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(18.765)	35.183
Variação dos custos de aquisição diferidos	(6.297)	1.404
Variações das provisões técnicas (nota 2b)	124.645	77.112
Ativo fiscal diferido	20	46
Ganhos e perdas na alienação de imobilizado	(64)	-
Outros ajustes	680	-
Variação nas contas patrimoniais:	(93.384)	(77.881)
Aplicações	(14.796)	(3.604)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(27.722)	15.597
Ativos de resseguro e retrocessão	(7.944)	34.853
Créditos fiscais e previdenciários	(1.346)	(19.630)
Despesas antecipadas	(349)	(3.278)
Outros ativos	(1.810)	(140)
Depósitos judiciais e fiscais	(797)	(1.200)
Impostos e contribuições	14.603	8.711
Outras contas a pagar	(9.775)	2.709
Débitos de operações com seguros e resseguros	37.903	(15.280)
Depósitos de terceiros	446	25.381
Provisões técnicas - seguros (nota 2b)	(88.490)	(125.244)
Provisões judiciais	5.994	3.148
Outros passivos	723	40
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	(24)	56
Caixa gerado pelas operações	31.701	30.858
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(4.938)	(11.841)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(3.977)	(14.400)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	22.786	4.617
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	17	15
Investimento	17	15
Pagamento pela compra:	(2.341)	(3.512)
Imobilizado	(2)	-
Intangível	(2.339)	(3.512)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.324)	(3.497)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(10.600)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(10.600)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	9.862	1.120
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	414	7.452
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	10.276	8.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aliança do Brasil Seguros S.A. (doravante designada por “Seguradora”), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros, em todo o território nacional, e atua com os ramos de danos. A Seguradora está sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, e cadastrada no CNPJ sob o nº 01.378.407/0001-10. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante designado por “BB”) e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 27.

O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE foi constituído pela parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A e MAPFRE BB SH2 Participações S.A..

Conforme fato relevante divulgado em 26.06.2018, a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram, junto ao Grupo MAPFRE, a assinatura do acordo de reestruturação da parceria do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, que prevê os seguintes movimentos societários:

- i) Cisão parcial da BB MAPFRE SH1 (“SH1”) mediante a segregação de um acervo cindido correspondente a totalidade das ações representativas do capital social da MAPFRE Vida S.A. a ser incorporado pela MAPFRE BB SH2 (“SH2”);
- ii) Cisão parcial desproporcional da SH2 mediante a segregação de um acervo cindido correspondente a totalidade das ações representativas do capital social da Aliança do Brasil Seguros S.A. (“ABS”) a ser incorporado pela SH1, sendo que após a sua transferência a SH1, a ABS deverá se abster de efetuar renovações e contratar novos negócios no segmento de grandes riscos, permanecendo titular apenas da carteira em run-off.

O fechamento da operação está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis, quando só então todos os pontos citados produzirão efeitos.

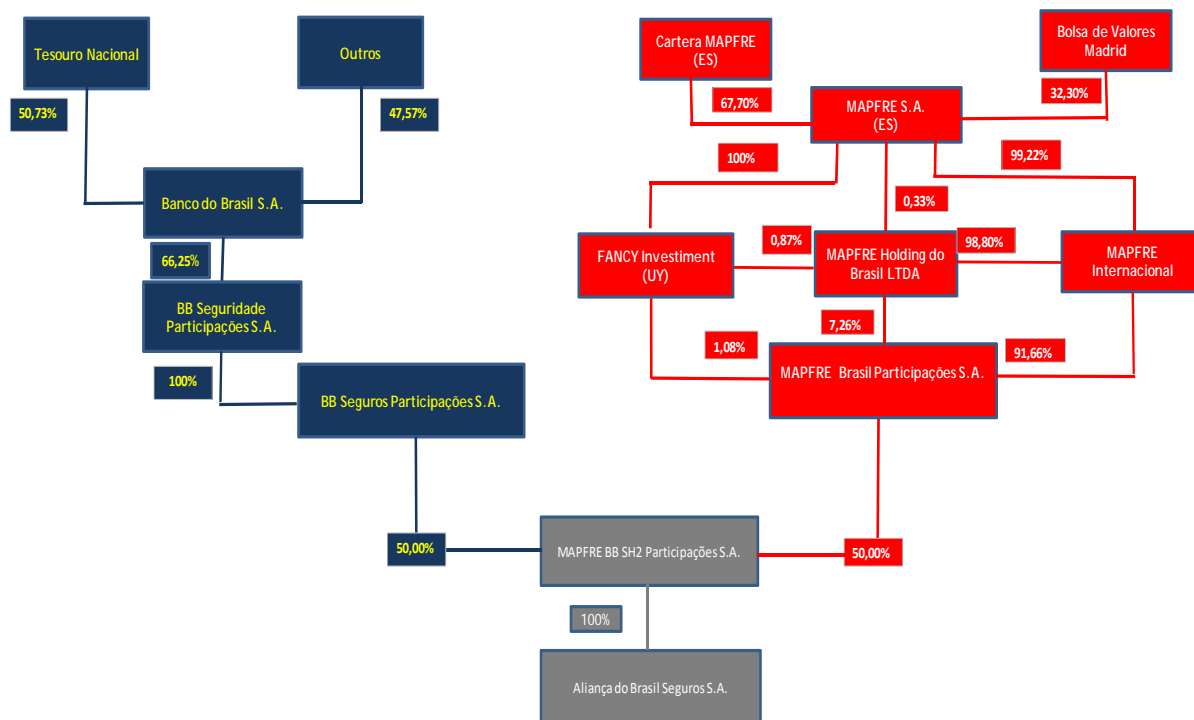
Em 30 de junho de 2018, o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012:

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

a) Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 - Demonstração Intermediária.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração em 28 de agosto de 2018.

b) Comparabilidade

Em 30 de junho de 2017, a Seguradora reclassificou, os valores de variação das provisões técnicas, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais de provisões técnicas - seguros, que, entretanto, devem ser considerados como ajustes ao lucro líquido do semestre apresentado nas demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do semestre.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real.

d) Continuidade

A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Nota 3g - Classificação dos contratos de seguro;
- Nota 3k, 3m, 19, 20 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;
- Nota 3r e 25j - Arrendamento e Determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 6 - Aplicações;
- Nota 8 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável);
- Nota 23- Provisões judiciais; e
- Nota 26b - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

f) Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante.

g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 38) até a data efetiva do IFRS 17.

CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora.

O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) (IFRS) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06 (R2) (IFRS 16), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Aplicações e instrumentos financeiros

A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período.

ii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado.

iv. Empréstimos recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamento determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das operações com seguro e resseguro”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

v. Determinação do valor justo

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado.

d) Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

ii. Operações de seguros e resseguros

A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável, conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, sobre os prêmios a receber diretos, líquidos de comissões, comissão de estipulante, remuneração de agência, cosseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) e Custos de Aquisição Diferidos (DCD), para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecido a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito.

Ainda, o montante da redução ao valor recuperável corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado.

A redução ao valor recuperável (RVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias.

iii. Ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 11.

f) Ativos intangíveis

Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica, apresentados na nota explicativa nº 12.

As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado no período quando incorridas.

g) Classificação dos contratos de seguro

A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa.

h) Mensuração dos contratos de seguro

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como “Receitas financeiras” em base “*pro rata-die*” ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios.

i) Resseguro

Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade “proporcional” são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros.

Os prêmios relativos aos contratos da modalidade “não-proporcional” são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro.

As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos.

Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota 3d *ii*.

Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

j) Custos de aquisição diferidos

É composto substancialmente por valores referentes a comissões relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método “*pro rata-die*” tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 13 meses.

k) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método “*pro rata-die*” tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro.

l) Operações com o Convênio DPVAT

A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Seguradora no consórcio. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

m) Teste de adequação dos passivos (TAP)

A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11- Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 31,7% para a Seguradora.

Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SH não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

n) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados.

o) Benefícios aos empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

ii. Obrigações com aposentadorias

A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

iii. Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

p) Outras receitas e despesas operacionais

Compreendem substancialmente as despesas com apólices e contratos, reconhecidas no resultado à medida que são incorridas.

q) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

r) Arrendamento

No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial.

Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do semestre, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

t) Participações nos lucros

A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de controles internos, e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do “*Value at Risk*” (*VaR*), indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o Grupo conta com os seguintes comitês:

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

- **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas à aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.
- **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO.
- **Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras intermediárias, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
- **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos.

O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável.

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de subscrição

A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de, certa forma, acidental e conseqüentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros.

A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas.

Concentração de riscos

As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Bruto de resseguro (*)			Líquido de resseguro (**)		
30/06/2018			30/06/2018		
Região geográfica	Danos	%	Danos	%	
Centro Oeste	49.529	17%	43.306	16%	
Nordeste	44.856	15%	43.020	16%	
Norte	15.479	5%	13.607	5%	
Sudeste	123.879	42%	115.742	43%	
Sul	62.040	21%	55.564	20%	
Total	295.783	100%	271.239	100%	

Bruto de resseguro (*)			Líquido de resseguro (**)		
30/06/2017			30/06/2017		
Região geográfica	Danos	%	Danos	%	
Centro Oeste	81.924	30%	85.415	33%	
Nordeste	47.120	17%	46.028	18%	
Norte	15.421	6%	14.997	6%	
Sudeste	75.345	27%	57.935	23%	
Sul	54.931	20%	50.502	20%	
Total	274.741	100%	254.877	100%	

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT no montante de R\$ (2.018) e R\$ 17.330 (R\$ (2.829) e R\$ 22.372 em 30 de junho de 2017).

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

(**) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 1.395 (R\$ 275 em 30 de junho de 2017).

Sensibilidade do risco de subscrição

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço.

As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise; as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio.

Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo:

a) Provisões Técnicas

Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR: simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à seguradora poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso.

b) Sinistralidade: Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco		Sensibilidade	30/06/2018 Impacto no patrimônio líquido/resultados (bruto de impostos)
a. IBNR	Aumento	Elevação de 5% do IBNR	(1.298)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(10.659)

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador;

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Exposição ao risco de crédito de seguro

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos.

Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros S.A. foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A..

Rating	Prêmio cedido aos resseguradores				30/06/2018				30/06/2017			
	Local	Admitida	Eventual	Total(*)	Local	Admitida	Eventual	Total(*)	Local	Admitida	Eventual	Total(*)
A	2.174	5.776	-	7.950	9.523	1.674	-	11.197	-	-	-	-
A+	127	3.301	762	4.190	-	1.419	-	1.419	-	-	-	-
A-	10.834	-	-	10.834	4.590	-	-	4.590	-	-	-	-
AA-	1.455	-	9	1.464	2.813	-	(157)	2.656	-	-	-	-
AA	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-
BrAA-	106	-	-	106	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	14.696	9.077	771	24.544	16.926	3.095	(157)	19.864				

(*) Não inclui RVNE no montante de R\$ 1.395 (R\$ 275 em 30 de junho de 2017).

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best*, *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*.

Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna.

Gerenciamento do risco de crédito

A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação, com raras exceções no caso de rebaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	30/06/2018					
Ativos financeiros - rating	AAA	AA-	AA+	AA	A+	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	438.199	-	-	-	-	438.199
Debêntures	339	197	112	255	21	924
Letras financeiras	42	94	-	-	-	136
Total	438.580	291	112	255	21	439.259

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 127.960 com lastro em títulos públicos.

	31/12/2017			
Ativos financeiros - rating	AAA	Sem rating	Total	
Títulos de renda fixa públicos (*)	419.209	-	419.209	
Fundos de investimento em direitos creditórios	5.020	-	5.020	
Outras aplicações	-	234	234	
Total	424.229	234	424.463	

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 105.770 com lastro em títulos públicos.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de rating AAA, uma vez que a contraparte é o Governo Federal.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*.

A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress*, como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado, previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente.

Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

Não obstante a Seguradora apresentar aparente liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, isto não é procedente, uma vez que mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e gera fluxos de caixa positivos nas operações.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

30/06/2018	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativo				
Disponível	7.560	-	-	7.560
Equivalentes de caixa	2.716	-	-	2.716
Aplicações (*)	128.351	215.094	168	343.613
Créditos das operações com seguros e resseguros	220.557	-	-	220.557
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	83.739	19.478	6.497	109.714
Outros créditos operacionais	8.488	-	-	8.488
Títulos e créditos a receber (**)	7.233	-	-	7.233
Outros valores e bens	801	-	-	801
Despesas antecipadas	837	-	-	837
Custos de aquisição diferidos	70.462	3.085	-	73.547
Total do ativo	530.744	237.657	6.665	775.066
Passivo				
Provisões técnicas (*)/(**)	393.102	60.850	18.164	472.116
Contas a pagar	27.287	-	-	27.287
Débitos das operações com seguros e resseguros	115.083	-	-	115.083
Depósitos de terceiros	17.511	-	-	17.511
Total do passivo	552.983	60.850	18.164	631.997

31/12/2017	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativo				
Disponível	224	-	-	224
Equivalentes de caixa	190	-	-	190
Aplicações (*)	121.674	207.389	-	329.063
Créditos das operações com seguros e resseguros	174.254	-	-	174.254
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	78.071	22.768	931	101.770
Outros créditos operacionais	9.532	-	-	9.532
Títulos e créditos a receber (**)	4.316	-	-	4.316
Outros valores e bens	616	-	-	616
Despesas antecipadas	488	-	-	488
Custos de aquisição diferidos	64.740	2.510	-	67.250
Total do ativo	454.105	232.667	931	687.703
Passivo				
Provisões técnicas (*)/(**)	347.029	85.903	3.261	436.193
Contas a pagar	30.651	-	-	30.651
Débitos das operações com seguros e resseguros	77.180	-	-	77.180
Depósitos de terceiros	17.065	-	-	17.065
Total do passivo	471.925	85.903	3.261	561.089

(*) As aplicações financeiras foram alocadas considerando as datas de vencimento dos títulos. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor respectivo de R\$ 95.646 (R\$ 95.400 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 95.569 (R\$ 95.337 em 31 de dezembro de 2017), não foram classificados no quadro por não estar sob a gestão da Administração.

(**) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 24.344 (R\$ 23.547 em 31 de dezembro de 2017), e provisões judiciais de R\$ 33.248 (R\$ 27.254 em 31 de dezembro de 2017), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 63.722 (R\$ 62.396 em 31 de dezembro de 2017) também não foram classificados no quadro acima.

(***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o de risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de *stress*, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR)* e *Macaulay Duration*.

O modelo de *VaR* é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil.

Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 dia é:

Fundo	30/06/2018	
	VaR	Patrimônio
Liquidez	-	2.015.762
Rentabilidade	6	368.794

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM (Asset & Liability Management)* da Seguradora, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,317 anos (1,50 em 31 de dezembro de 2017), frente a um patrimônio de R\$ 230.903 (225.897 em 31 de dezembro de 2017) e está de acordo com as diretrizes de *ALM* do GRUPO SEGURADOR, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA), em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

Do total de R\$ 439.259 (R\$ 424.463 em 31 de dezembro de 2017) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 95.646 (R\$ 95.400 em 31 de dezembro de 2017) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT e (R\$ 234 em 31 de dezembro de 2017) relativo a outros investimentos. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 343.613 (R\$ 328.829 em 31 de dezembro de 2017).

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Seguradora foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

	<u>30/06/2018</u>
	Impacto no patrimônio líquido / resultado
	(bruto de impostos)
Fator de risco	
Taxa de juros e cupon	
a) Elevação de taxas	(10.725)
b) Redução de taxas	11.083
Parâmetros:	
100 <i>basis points</i> nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.	

Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação da instituição.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles:

- exigências para segregação adequada de funções;
- exigências para o monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) *report* de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- desenvolvimento de planos de continuidade de negócio (PCN);
- treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- padrões éticos.

Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Auditoria Interna são encaminhados aos responsáveis pelas áreas auditadas, para melhoria de seus processos, bem como para conhecimento do Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Gestão de capital

O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 (alterada pela Resolução nº 360/2017), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Seguradora apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

1. Ajustes contábeis	30/06/2018
Patrimônio líquido	240.845
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	(281)
Despesas antecipadas	(837)
Ativos intangíveis	(42.391)
Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)	197.336
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	184
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	557
Ajustes econômicos (b)	741
3. Capital mínimo requerido	
Capital base - CB	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	84.482

Aliança do Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Capital risco de subscrição	69.966
Capital risco de crédito	17.150
Capital de risco operacional	3.992
Capital de risco de mercado	1.963
Correlação entre os riscos	(8.589)
Capital mínimo requerido (c)	84.482
Suficiência de capital (d = a + b - c)	113.595
Suficiência de capital (d / c)	134,46%
Índice de solvência [e = (a + b) / c]	2,34

As Normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 30 de junho de 2018 a Seguradora apresenta liquidez como se segue:

Capital de risco (a)	84.482
Índice de liquidez requerido pela Res. CNSP nº 343/2016 - 20% sobre CR	16.896
Ativos livres - nota explicativa nº 21 - (b)	109.531
Índice de liquidez em 30 de junho de 2018 (b/a)	129,65%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	7.560	224
Equivalentes de caixa	2.716	190
Total de caixa e equivalentes de caixa	10.276	414

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

Aliança do Brasil Seguros S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

Ativos	Hierarquia do valor justo	Vencimento				Ativos				Total			
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ganho / perda não realizada	30/06/2018	%	31/12/2017	%
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)		(H)	
<u>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</u>		128.587	2.550	168	95.409	226.714	226.694	226.714	20	226.714	52%	208.005	49%
Fundos de investimentos		128.587	2.550	168	95.409	226.714	226.694	226.714	20	226.714	100%	202.985	98%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	-	1.522	-	-	1.522	1.522	1.522	-	1.522	1%	899	0%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	318	445	-	-	763	749	763	14	763	0%	917	1%
Debêntures	2	309	447	168	-	924	919	924	5	924	0%	-	0%
Letras Financeiras (LF)	2	-	136	-	-	136	135	136	1	136	0%	-	0%
Operações compromissadas (*)	1	127.960	-	-	-	127.960	127.960	127.960	-	127.960	57%	105.770	52%
DPVAT	2	-	-	-	95.646	95.646	95.646	95.646	-	95.646	42%	95.400	47%
Caixa / contas a pagar / contas a receber	2	-	-	-	(237)	(237)	(237)	(237)	-	(237)	0%	(1)	0%
Carteiras administradas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	5.020	2%
Fundos de investimentos em direito creditórios (FDIC)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	5.020	100%
<u>Ativos financeiros disponíveis para venda</u>		-	115.086	-	-	115.086	115.157	115.086	(71)	115.086	26%	109.996	26%
Carteiras administradas		-	115.086	-	-	115.086	115.157	115.086	(71)	115.086	100%	109.996	100%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	-	113.480	-	-	113.480	113.521	113.480	(41)	113.480	99%	109.996	100%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	-	1.606	-	-	1.606	1.636	1.606	(30)	1.606	1%	-	0%
<u>Ativos mantidos até o vencimento</u>		-	97.459	-	-	97.459	97.459	97.794	335	97.459	22%	106.228	25%
Fundos de investimentos		-	97.459	-	-	97.459	97.459	97.794	335	97.459	100%	106.228	100%
Notas do tesouro nacional - série B (NTN-B)	1	-	97.459	-	-	97.459	97.459	97.794	335	97.459	100%	95.744	90%
Notas do tesouro nacional - série F (NTN-F)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	10.484	10%
Outras aplicações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	234	100%
Total		128.587	215.095	168	95.409	439.259	439.310	439.594	284	439.259	100%	424.463	100%

* Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

c) Determinação do valor justo

O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A (BB-DTVM).

Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "*Market to Model*" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado.

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa) para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

d) Taxa de juros contratada

	30/06/2018		31/12/2017	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
NTN-F	-	-	9,47%	9,47%
LTN	13,11%	7,05%	13,31%	8,23%
NTN-B	IPCA + 5,62%	IPCA + 3,82%	IPCA + 5,62%	IPCA + 3,82%
LFT	100,00% SELIC	100,00% SELIC	13,82%	13,40%
Debêntures	111,50% do CDI	111,50% do CDI	CDI + 0,75% a.a.	CDI + 0,69% a.a.
Debêntures	100% do CDI + 0,35	100% do CDI + 0,35	111,50% do CDI	104,25% do CDI
LF	107,50% do CDI	102,75% do CDI	107,50% do CDI	104,00% do CDI

e) Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/2017	Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Rendimentos	Saldo em 30/06/2018
Valor justo por meio do resultado	208.005	212.369	(200.380)	-	6.720	226.714
Disponível para venda	109.996	1.600	-	(43)	3.533	115.086
Mantido até o vencimento	106.228	-	(13.196)	-	4.427	97.459
Outras aplicações	234	-	(234)	-	-	-
Total	424.463	213.969	(213.810)	(43)	14.680	439.259

	Saldo em 31/12/2016	Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Rendimentos	Saldo em 30/06/2017
Valor justo por meio do resultado	184.167	219.475	(198.606)	-	10.239	215.275
Disponível para venda	124.098	-	(25.262)	102	6.692	105.630
Mantido até o vencimento	114.485	-	(13.121)	-	4.085	105.449
Outras aplicações	234	-	-	-	-	234
Total	422.984	219.475	(236.989)	102	21.016	426.588

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30 de junho de 2018, a Seguradora possuía contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico.

Derivativos	30/06/2018		
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo / Valor a receber / pagar
DI FUT - A vencer até 360 dias (LTN)	(5)	502	317
DI FUT - A vencer acima de 360 dias (LTN)	(3)	334	445
Total	(8)	836	762

Derivativos	31/12/2017		
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo / Valor a receber / pagar
DI FUT - A vencer até 180 dias (LTN)	(2)	167	167
DI FUT - A vencer acima de 360 dias (LTN)	-	8	8
DI FUT - A vencer acima de 360 dias (LTN)	(2)	167	154
DI FUT - A vencer acima de 360 dias (LTN)	(1)	75	64
Total	(5)	417	393

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

8. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento

Ramos agrupados	30/06/2018			31/12/2017		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido
Compreensivo empresarial	50.172	(504)	49.668	49.411	(2.921)	46.490
Riscos diversos	20.746	(12.485)	8.261	14.498	(1.721)	12.777
Compreensivo residencial	73.556	(184)	73.372	50.538	(975)	49.563
Riscos nomeados e operacionais	8.983	(220)	8.763	19.754	(5.865)	13.889
Riscos nucleares	632	803	1.435	8.896	(7.282)	1.614
Aeronáuticos (cascos)	4.182	(106)	4.076	4.134	(2.150)	1.984
Marítimos (cascos)	375	-	375	1.212	(118)	1.094
Transporte internacional	1.520	(295)	1.225	2.365	(345)	2.020
Crédito interno	12.206	-	12.206	7.939	(103)	7.836
Demais ramos	10.122	(1.790)	8.332	13.589	(3.204)	10.385
Total	182.494	(14.781)	167.713	172.336	(24.684)	147.652

(*) Redução do valor recuperável calculada conforme nota 3dii

b) Movimentação de prêmios a receber

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	147.652	174.155
(+) Prêmios emitidos	361.168	346.527
(+) IOF	654	21
(+) Adicional de fracionamento	84	156
(-) Prêmios cancelados	(43.442)	(46.159)
(-) Recebimentos	(308.306)	(303.913)
Constituição/redução ao valor recuperável	9.903	3.529
Saldo final	167.713	174.316

c) Composição por prazo de vencimento

	30/06/2018	31/12/2017
A vencer até 30 dias	72.762	64.019
A vencer de 31 a 60 dias	24.890	22.623
A vencer de 61 a 120 dias	33.161	27.324
A vencer de 121 a 180 dias	14.965	13.522
A vencer de 181 a 365 dias	8.785	5.825
Total a vencer	154.563	133.313
Vencidos até 30 dias	11.623	10.430
Vencidos de 31 a 60 dias	814	3.049
Vencidos de 61 a 120 dias	223	417
Vencidos de 121 a 180 dias	82	292
Vencidos de 181 a 365 dias	143	91
Vencidos acima de 365 dias	265	60
Total vencidos	13.150	14.339
Total	167.713	147.652

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de aproximadamente 150 dias.

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORA E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

a) Ativo

	30/06/2018	31/12/2017
Sinistros a recuperar com resseguradores	35.030	46.306
Outros créditos com resseguradores	35.758	-
(-) Provisão para riscos de créditos	(20.519)	(23.386)
Total	50.269	22.920
	30/06/2018	31/12/2017
Provisão de sinistros a liquidar - PSL/IBNeR	70.594	49.483
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	4.402	4.165
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	28.722	40.660
Risco vigente não emitido - RVNE	4.953	6.025
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.043	1.437
Total	109.714	101.770

b) Passivo

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios cedidos	74.949	32.966
Comissão a recuperar	(7.997)	(4.076)
Ressarcimento	10	-
Outros	540	633
Total	67.502	29.523

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de ramos	30/06/2018			30/06/2017		
	Prêmio emitido líquido (*) (nota 25b)	Resseguro cedido (**) (nota 25f)	% Retenção	Prêmio emitido líquido (*) (nota 25b)	Resseguro cedido (**) (nota 25f)	% Retenção
Patrimonial	253.019	20.682	92%	228.336	17.959	92%
Transportes	3.831	-	100%	4.189	222	95%
Marítimos / Aeronáuticos	4.831	2.897	40%	3.128	(807)	126%
Demais	34.102	965	97%	39.088	2.490	94%
Total	295.783	24.544	92%	274.741	19.864	93%

(*) Não inclui RVNE e DPVAT no valor de R\$ (2.018) e R\$ 17.330 respectivamente (R\$ (2.829) e R\$ 22.372 em 30 de junho de 2017).

(**) Não inclui RVNE no valor de R\$ 1.395 (R\$ 275 em 30 de junho de 2017).

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

O saldo apresentado em títulos e créditos a receber refere-se a outros créditos no valor de R\$ 6.674 (R\$ 3.019 em 31 de dezembro de 2017) e ressarcimentos R\$ 91 (R\$ 253 em 31 de dezembro de 2017).

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual	31/12/2017	Adições	Baixa	Depreciação	30/06/2018
Equipamentos	10% à 20%	4	-	-	-	4
Veículos	20%	234	2	(2)	(29)	205
Total		238	2	(2)	(29)	209

	Taxa anual	31/12/2016	Adições	Baixa	Depreciação	30/06/2017
Equipamentos	10% à 20%	1.353	-	-	(146)	1.207
Veículos	20%	114	-	-	(14)	100
Total		1.467	-	-	(160)	1.307

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual	31/12/2017	Adições	Baixa	Amortização	30/06/2018
Desenvolvimento de sistemas	20% à 27%	46.740	2.339	(678)	(6.010)	42.391

	Taxa anual	31/12/2016	Adições	Baixa	Amortização	30/06/2017
Desenvolvimento de sistemas	20% à 27%	45.676	3.512	-	(3.752)	45.436

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores	1.270	10.181
Compartilhamento de despesas (nota nº 27a)	1.833	2.201
Honorários e remunerações	1.272	659
Participação nos lucros	1.148	2.257
Total	5.523	15.298

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2018	31/12/2017
Impostos de renda	7.775	367
Antecipação imposto de renda	(4.938)	(367)
Contribuição social	6.257	360
Antecipação contribuição social	(3.976)	(360)
COFINS	1.344	853
PIS/PASEP	218	139
Total	6.680	992

15. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

É composto, basicamente, por ressarcimento cedido no montante de R\$ 911 (R\$ 238 em 31 de dezembro de 2017) e prêmio líquido de comissões de R\$ 13 (R\$ 8.543 em 31 de dezembro de 2017).

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

16. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

17. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Estipulantes de seguros	9.043	6.604
Contas a pagar - DPVAT	77	62
Outros débitos	391	305
Total	9.511	6.971

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como de demais operações da Seguradora.

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

30/06/2018							
Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Total
Saldo no início do período	253.806	193.692	102.563	(25.106)	6.575	-	531.530
Constituições	238.712	-	17.515	14.291	1.024	-	271.542
Diferimento pelo risco decorrido	(231.025)	-	-	-	-	-	(231.025)
Aviso de sinistros	-	198.909	-	-	-	-	198.909
Pagamento de sinistros	-	(87.211)	-	-	(1.279)	-	(88.490)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(110.310)	-	-	-	-	(110.310)
Atualização monetária e juros	-	(4.072)	-	-	(399)	-	(4.471)
Reversões	-	-	-	-	-	-	-
Saldo no fim do período	261.493	191.008	120.078	(10.815)	5.921	-	567.685
30/06/2017							
Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Total
Saldo no início do período	266.429	235.850	102.891	(10.683)	4.609	1.507	600.603
Constituições	223.540	-	-	-	2.245	-	225.785
Diferimento pelo risco decorrido	(252.317)	-	-	-	-	-	(252.317)
Aviso de sinistros	-	151.450	-	-	-	-	151.450
Pagamento de sinistros	-	(125.017)	-	-	(227)	-	(125.244)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(32.440)	-	-	-	-	(32.440)
Atualização monetária e juros	-	581	-	-	-	-	581
Reversões	-	-	(4.263)	(11.400)	-	(284)	(15.947)
Saldo no fim do período	237.652	230.424	98.628	(22.083)	6.627	1.223	552.471

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

30/06/2018						
Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo no início do período	46.685	60.105	4.165	(10.622)	1.437	101.770
Constituições	15.041	-	237	5.994	-	21.272
Diferimento pelo risco decorrido	(28.051)	-	-	-	-	(28.051)
Aviso de sinistros	-	149.489	-	-	-	149.489
Pagamento de sinistros	-	(23.656)	-	-	-	(23.656)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(109.341)	-	-	-	(109.341)
Atualização monetária e juros	-	(1.375)	-	-	(325)	(1.700)
Reversões	-	-	-	-	(69)	(69)
Saldo no fim do período	33.675	75.222	4.402	(4.628)	1.043	109.714

30/06/2017						
Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo no início do período	50.324	81.731	5.655	(4.848)	899	133.761
Constituições	17.556	-	-	-	399	17.955
Diferimento pelo risco decorrido	(37.047)	-	-	-	-	(37.047)
Aviso de sinistros	-	95.053	-	-	-	95.053
Pagamento de sinistros	-	(37.016)	-	-	-	(37.016)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(69.365)	-	-	-	(69.365)
Atualização monetária e juros	-	678	-	-	-	678
Reversões	-	-	(1.888)	(3.223)	-	(5.111)
Saldo no fim do período	30.833	71.081	3.767	(8.071)	1.298	98.908

(*) Inclui o montante de R\$ 67.480 referente a provisão de sinistro judicial líquido de resseguro (R\$ 85.987 em 30 de junho de 2017).

Custos de aquisição diferidos	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do semestre	67.250	68.021
Constituições/reversões	6.297	(1.404)
Saldo no final do semestre	73.547	66.617

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora.

Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis.

Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Aliança do Brasil Seguros S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

Bruto de resseguros

Montante estimado para o sinistros

	Ano de aviso do sinistro						Total
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	
No ano do aviso	1.098.323	240.628	226.573	201.500	238.743	100.156	100.156
Um ano após o aviso	1.030.724	215.895	200.685	181.937	223.292		223.292
Dois anos após o aviso	1.051.973	217.489	201.231	178.877			178.877
Três anos após o aviso	1.047.806	219.278	201.274				201.274
Quatro anos após o aviso	1.056.649	212.272					212.272
Cinco anos após o aviso	1.046.632						1.046.632
Estimativa de sinistros incorridos em 30.06.2018	1.046.632	212.272	201.274	178.877	223.292	100.156	1.962.503
Pagamentos efetuados até 30.06.2018	954.314	202.348	190.031	171.988	207.262	53.628	1.779.571
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	92.318	9.924	11.243	6.889	16.030	46.528	182.932
Provisão agregada de sinistros em 30.06.2018 (*)							25.240
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)							208.172
Provisões DPVAT							95.569
Retrocessão							2.451
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)							306.192

Montante de sinistros pagos

	Ano de aviso do sinistro						Total
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	
No ano do aviso	510.953	104.953	119.458	126.443	181.589	53.628	53.628
Um ano após o aviso	804.521	181.286	183.030	169.326	207.262		207.262
Dois anos após o aviso	881.193	194.124	188.993	171.988			171.988
Três anos após o aviso	920.449	200.970	190.031				190.031
Quatro anos após o aviso	941.663	202.348					202.348
Cinco anos após o aviso	954.314						954.314
Pagamentos efetuados até 30.06.2018	954.314	202.348	190.031	171.988	207.262	53.628	1.779.571

Líquido de resseguro

Montante estimado para o sinistros

	Ano de aviso do sinistro						Total
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	
No ano do aviso	731.598	184.282	198.698	161.745	216.428	71.965	71.965
Um ano após o aviso	678.807	203.078	177.120	162.032	205.004		205.004
Dois anos após o aviso	667.309	174.884	171.926	160.262			160.262
Três anos após o aviso	666.213	168.531	169.390				169.390
Quatro anos após o aviso	625.592	161.820					161.820
Cinco anos após o aviso	624.972						624.972
Estimativa de sinistros incorridos em 30.06.2018	624.972	161.820	169.390	160.262	205.004	71.965	1.393.413
Pagamentos efetuados até 30.06.2018	565.826	154.609	160.111	155.388	197.184	53.628	1.286.746
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	59.146	7.211	9.279	4.874	7.820	18.337	106.667
Provisão agregada de sinistros em 30.06.2018 (*)							25.466
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)							132.133
Provisões DPVAT							95.569
Retrocessão							2.451
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)							230.153

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

Montante de sinistros pagos	Ano de aviso do sinistro						Total
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	
No ano do aviso	378.088	104.963	119.474	125.236	180.810	53.628	53.628
Um ano após o aviso	576.380	182.073	165.382	155.908	197.184		197.184
Dois anos após o aviso	597.032	159.993	162.809	155.388			155.388
Três anos após o aviso	595.073	155.746	160.111				160.111
Quatro anos após o aviso	557.899	154.609					154.609
Cinco anos após o aviso	565.826						565.826
Pagamentos efetuados até 30.06.2018	565.826	154.609	160.111	155.388	197.184	53.628	1.286.746

(*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.

21. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	30/06/2018	31/12/2017
Provisões técnicas	567.685	531.530
Parcela correspondente a resseguros contratados	(76.040)	(55.085)
Direitos creditórios	(123.293)	(120.591)
Provisões retidas pelo IRB	-	(234)
DPVAT	(95.569)	(95.337)
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(38.701)	(37.374)
Total a ser coberto	234.082	222.909
Bens oferecidos em cobertura:		
Quotas e fundos de investimentos	228.527	218.833
Títulos de renda fixa - públicos	115.086	109.996
Títulos de renda fixa - privados	-	-
Total	343.613	328.829
Ativos livres	109.531	105.920

22. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais por probabilidade de perda

	30/06/2018			31/12/2017		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão (*)	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão (*)
Provável	240	10.280	20.945	242	11.842	22.296
Possível	730	147.487	46.535	747	165.192	52.215
Remota	237	924	-	208	835	-
Total	1.207	158.691	67.480	1.197	177.869	74.511

*Os valores estão apresentados líquidos de resseguros.

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

b) Composição das ações por ano de citação

30/06/2018			31/12/2017		
Ano de abertura	Quantidade	PSL judicial (*)	Ano de abertura	Quantidade	PSL judicial (*)
De 1998 a 2000	16	5.168	De 1998 a 2000	16	4.997
De 2001 a 2005	100	7.260	De 2001 a 2005	101	8.408
De 2006 a 2010	160	15.649	De 2006 a 2010	173	18.340
De 2011 a 2016	599	28.973	De 2011 a 2016	668	35.755
De 2017 a 2018	332	10.430	De 2017	239	7.011
Total	1.207	67.480	Total	1.197	74.511

*Os valores estão apresentados líquidos de resseguros.

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

	30/06/2018		30/06/2017	
	Seguros	Resseguro	Seguros	Resseguro
Saldo inicial do semestre	99.297	24.786	107.267	21.198
Total pago no semestre	(5.888)	(1.328)	(4.687)	-
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no semestre	10.897	3.483	2.981	357
Quantidade de ações pagas no semestre	87	13	86	-
Novas constituições no semestre	8.229	935	7.691	(30)
Quantidade de ações referentes a novas constituições no semestre	295	140	153	139
Novas constituições referentes a citações do semestre	3.648	401	3.119	136
Novas constituições referentes a citações de semestres anteriores	4.581	534	4.572	(166)
Baixa da provisão por êxito	(1.162)	(535)	(919)	(98)
Alteração da provisão por estimativas ou probabilidades	(6.380)	(797)	(2.353)	(120)
Atualização monetária e juros	(5.535)	(1.980)	616	678
Saldo final do semestre	88.561	21.081	107.615	21.628

O prazo médio para pagamento dos sinistros judiciais é de 51 meses.

23. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

Natureza	Provisões judiciais		Depósitos judiciais (*)	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Fiscal	14.135	13.953	15.076	14.886
COFINS	13.403	13.232	14.208	14.032
CSLL	732	721	868	854
Trabalhista	-	-	-	-
Cível	19.113	13.301	1.097	741
Total	33.248	27.254	16.173	15.627

(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam R\$ 8.171 (R\$ 7.920 em 31 de dezembro de 2017).

A Seguradora possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos na data base de 30 de junho de 2018:

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

COFINS - Lei nº 9.718/1998

A Seguradora discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de COFINS sobre sua atividade, e majoração da alíquota. Obteve em Recurso Extraordinário, decisão no sentido de inconstitucionalidade do alargamento de sua base de cálculo mas que manteve a majoração da alíquota. Desta decisão, a Seguradora solicitou levantamento dos depósitos realizados, e a União requereu conversão dos mesmos depósitos em pagamento definitivo, do que houve decisão favorável ao pleito da União. A Seguradora recorreu desta decisão, e atualmente os autos aguardam julgamento de Recurso Extraordinário pelo STF, sobrestado em razão da existência de repercussão geral sobre a matéria - RE 609.096.

A probabilidade de perda é classificada como provável quanto às receitas de prêmios, e possível quanto às receitas excedentes. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens I a III.

PIS/COFINS - Lei nº 12.973/2014

A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, a Seguradora entende que a base de cálculo de PIS e COFINS está limitada aos prêmios de seguros, o que discute judicialmente. Aguarda-se julgamento de apelação. A probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens IV e V.

Nota	Tese	Período	Probabilidade	Provisão		Depósito		Vlr do Risco	
				30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
(I)	COFINS Receita Prêmio lei 9.718/98	02/99 a 12/14	PROVÁVEL	13.403	13.232	14.208	14.032	13.403	13.232
(II)	COFINS Receita Financeira lei 9.718/98	02/99 a 12/14	POSSÍVEL	-	-	-	-	15.437	15.134
(III)	PIS Receita Financeira lei 9.718/98	06/09 a 12/14	POSSÍVEL	-	-	-	-	2.493	2.443
(IV)	COFINS Receita Financeira lei 12.973/14	01/15 a 06/18	POSSÍVEL	-	-	-	-	13.108	11.897
(V)	PIS Receita Financeira lei 12.973/14	01/15 a 06/18	POSSÍVEL	-	-	-	-	2.101	1.933
						Total Risco provável		13.403	13.232
						Total Risco possível		33.139	31.407
						Total Geral		46.542	44.639

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

Demais
 Processos

No ta	Tese	Período	Probabili dade	Provisão		Depósito		Vlr do Risco		
				30/06/2 018	31/12/2 017	30/06/2018	31/12/2 017	30/06/2 018	31/12/2 017	
(1)	CSLL aumento alíquota	06/08 em diante	POSSÍVEL	732	721	868	854	732	720	
(2)	PIS/COFINS juros parc. Dpvat	01/13 a 07/14	POSSÍVEL	-	-	-	-	3.228	-	
								Total Risco provável	-	-
								Total Risco possível	732	720
								Total Geral	732	720

Nota (1) - CSLL - A Seguradora discute a elevação da alíquota de 9% para 15%. Aguarda-se julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestado em razão da ADI 4.101/DF. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. A partir da Lei nº 13.169/2015 discute a majoração da alíquota de 15% para 20% - aplicável sobre o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018 - mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. Aguarda decisão de Apelação. A probabilidade de perda é classificada como possível.

Nota (2) - PIS/COFINS - discute exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes de juros de parcelamento na esfera administrativa. Aguarda julgamento de primeira instância.

Trabalhista - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos.

Cível - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionado à cobertura securitária), ou ainda relacionados à cobertura securitária pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice.

b) Movimentação

	30/06/2018				30/06/2017			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	13.953	-	13.301	27.254	13.401	59	1.968	15.428
Constituições/reversões	-	-	851	851	-	-	1.197	1.197
Atualização monetária	182	-	5.063	5.245	320	2	2.522	2.844
Pagamentos	-	-	(102)	(102)	-	-	(893)	(893)
Saldo final	14.135	-	19.113	33.248	13.721	61	4.794	18.576

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

c) Composição das ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal por probabilidade de perda

	30/06/2018			31/12/2017		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Fiscais	4	44.781	14.135	4	42.917	13.953
Provável	1	13.403	13.403	1	13.233	13.233
Possível	3	31.378	732	3	29.684	720
Trabalhistas	1	7	-	1	107	-
Provável	1	7	-	1	107	-
Cíveis	1.697	292.587	19.113	1.671	283.916	13.301
Provável	209	3.529	19.113	197	3.404	13.301
Possível	457	80.080	-	450	76.828	-
Remota	1.031	208.978	-	1.024	203.684	-
Total	1.702	337.375	33.248	1.676	326.940	27.254

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 128.856 (R\$ 128.856 em 31 de dezembro de 2017 totalmente integralizado), e está representado por 18.361 ações nominativas sem valor nominal (18.361 em 31 de dezembro de 2017), sendo 18.201 ordinárias e 160 preferenciais, está sem direito a voto.

Em 20 de março de 2017, por meio da Portaria SUSEP/DIORG nº 276, foi aprovado pela SUSEP aumento do capital social no montante de R\$ 13.685.

b) Dividendos e remunerações aos acionistas

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pela diretoria, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório.

Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Seguradora.

c) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

d) Reserva de investimentos

Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta dos acionistas em Assembleia Geral.

e) Ajustes com títulos e valores mobiliários

Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Custo de aquisição %	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Compreensivo empresarial	71.446	80.060	33,27%	43,77%	36,00%	35,17%
Compreensivo residencial	92.791	82.912	34,45%	39,01%	33,33%	33,54%
Riscos diversos	50.225	50.540	25,57%	24,28%	58,17%	63,22%
DPVAT	16.519	21.965	84,99%	85,70%	1,26%	1,20%
Crédito interno	29.896	35.768	80,66%	45,72%	9,49%	9,42%
Riscos nomeados e operacionais	18.559	19.556	93,51%	61,83%	11,15%	10,27%
Demais ramos	23.158	26.579	77,22%	7,18%	14,98%	15,52%
Total	302.594	317.380	46,92%	40,59%	31,21%	30,78%

	30/06/2018	30/06/2017
b) Prêmios emitidos	311.095	294.284
Prêmios diretos	313.410	296.272
Prêmios de co-seguros aceitos	3.342	459
Prêmios de co-seguros cedidos	(22.987)	(26.028)
Repasse DPVAT	17.330	22.372
Recuperação de custos iniciais de contratação	-	1.209
c) Sinistros ocorridos	(141.965)	(128.839)
Sinistros	(102.279)	(133.779)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	(14.291)	11.400
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(7.589)	(9.864)
Salvados	227	(117)
Ressarcimentos	7.755	6.943
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(15.325)	5.318
Serviços de assistência	(10.463)	(8.740)
d) Custo de aquisição	(94.444)	(97.686)
Comissões	(68.825)	(62.472)
Comissões estipulantes	(27.878)	(29.661)
Recuperação de comissões	988	1.631
Varição das despesas de comercialização diferidas	6.297	(1.404)
Despesas com apólices e/ou contratos	(4.294)	(4.675)
Despesas com inspeção de riscos	(732)	(1.105)
e) Outras receitas e despesas operacionais	2.923	(37.775)
Contingências cíveis	(850)	(1.197)
Redução ao valor recuperável - prêmios a receber e títulos e créditos a receber	90	4.425
Redução ao valor recuperável - sinistros a recuperar	7.811	(39.608)
Despesas com cobrança	(1.793)	(1.984)
Apólices e contratos	(50)	(198)
Outras despesas operacionais	(2.285)	787

Aliança do Brasil Seguros S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

f) Resultado com resseguro	(5.718)	(34.275)
Receita com resseguro	39.965	4.845
Recuperação de indenização - direto	22.593	8.419
Recuperação de indenização - cosseguro aceito	17.121	(1.534)
Recuperação de indenização - IBNR	223	(2.034)
Recuperação de Indenização - PDR IBNR	28	(6)
Despesas com resseguro	(45.683)	(39.120)
Prêmios de resseguro - direto	(32.846)	(24.352)
Prêmios de resseguro - cosseguro aceito	(4.007)	(1.862)
Prêmio de resseguro cancelados	3.685	3.301
Prêmio de resseguro restituídos	701	3.324
Variação das provisões de resseguro	(13.010)	(19.491)
Salvados e ressarcimentos	(206)	(40)
g) Despesas administrativas	(32.911)	(36.019)
Pessoal próprio	(16.659)	(19.411)
Serviços de terceiros	(3.946)	(5.490)
Localização e funcionamento	(8.917)	(6.525)
Publicidade e propaganda	(387)	(399)
Despesas de compartilhamento	(1.300)	(2.537)
Outras despesas administrativas	(1.702)	(1.657)
h) Despesas com tributos	(10.153)	(9.796)
COFINS	(7.857)	(6.861)
COFINS - Crédito tributário	311	(213)
PIS	(1.284)	(1.118)
PIS - Crédito tributário	51	(35)
Taxa de fiscalização	(1.595)	(1.275)
Outras despesas com tributos	221	(294)
i) Resultado financeiro	13.019	8.556
Receitas financeiras	22.130	22.886
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	6.720	10.239
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	3.533	6.692
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.427	4.085
Juros sobre equivalentes de caixa	5	44
Operações de seguros	6.076	5.632
Oscilação cambial	1.118	(4.834)
Atualização monetária de depósitos judiciais	459	717
Receitas com ações	-	-
Outras receitas financeiras	(208)	311
Despesas financeiras	(9.111)	(14.330)
Operações de seguros	(3.003)	(6.088)
Oscilação cambial	(2.953)	(4.497)
Taxa de administração	(665)	(847)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(5.245)	(2.847)
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar administrativo	(784)	35
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar judicial	3.555	62
Outras despesas financeiras	(16)	(148)

(*) Conforme Circular Susep nº 543/2016, a partir de 1º de janeiro de 2018, não é mais permitido deduções relativas aos custos iniciais de contratação da base de cálculo da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG).

j) Determinação se um contrato contém um arrendamento

O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE por meio das suas entidades legais (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantém firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de:

- Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-M/FGV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-M/FGV;

- Call Center localizado na cidade de Franca: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 12 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em maio de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 255 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA; e
- Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA.

O GRUPO avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o ano de 2017, estão demonstrados a seguir:

Seguradora	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de Pagamentos		Despesas de arrendamento
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	
Arrendamento									
Sede GRUPO	2.143	2.312	8.227	13.089	7.996	31.115	18.366	46.516	1.446
Call Center - Franca	152	193	802	1.095	479	768	1.433	2.056	80
Call Center - São Carlos	147	204	521	780	-	-	668	984	99
Total	2.442	2.709	9.550	14.964	8.475	31.883	20.467	49.556	1.625

GRUPO SEGURADOR	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de Pagamentos		Despesas de arrendamento
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	
Arrendamento									
Sede GRUPO	46.906	50.619	180.106	286.558	175.060	681.196	402.072	1.018.373	23.320
Call Center - Franca	3.325	4.229	17.548	23.977	10.494	16.804	31.367	45.010	1.748
Call Center - São Carlos	3.215	4.458	11.401	17.081	-	-	14.616	21.539	2.172
Total	53.446	59.306	209.055	327.616	185.554	698.000	448.055	1.084.922	27.240

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2018		30/06/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	34.956	34.956	(17.212)	(17.212)
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	(8.727)	(6.991)	4.315	3.442
Diferenças temporárias	870	696	(9.333)	(7.466)
Diferenças permanentes	1	38	(22)	3
Deduções incentivadas	81	-	71	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.775)	(6.257)	(4.969)	(4.021)
Constituição/reversão de crédito tributário	(870)	(696)	9.333	7.466
Ajustes relativos a exercícios anteriores	-	-	361	265
Ajuste de crédito tributários-aumento da CSLL 15% para 20%	-	(531)	-	(141)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(8.645)	(7.484)	4.725	3.569
Alíquota efetiva (%)	25%	21%	27%	21%

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

b) Créditos tributários e previdenciários

Ativo	31/12/2017	Constituições	Reversões	30/06/2018
Tributos a compensar	13.583	10.091	-	23.674
PIS/COFINS	6.122	4.005	(3.267)	6.860
Tributos retidos na fonte	10.101	3.279	(10.327)	3.053
Total circulante	29.806	17.375	(13.594)	33.587
Diferenças temporárias IR/CS:				
Contingências tributárias	1.904	73	(76)	1.901
Contingências cíveis	5.320	2.405	(80)	7.645
Provisão para riscos de crédito	18.121	454.154	(457.941)	14.334
Provisão para participação nos lucros	1.014	6.317	(6.822)	509
Outras provisões	2.227	498	(626)	2.099
Ajustes de títulos a valor de mercado	13	112	(92)	33
PIS/COFINS	3.991	633	(1.010)	3.614
Total não circulante	32.590	464.192	(466.647)	30.135

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros e resseguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do GRUPO, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes.

O Banco do Brasil atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os à Seguradora somente após um período definido contratualmente, conforme contrato específico para cada produto.

A Seguradora mantém operações de resseguro com a MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A..

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas do GRUPO:

a) Sumário das transações com partes relacionadas

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo circulante	132.075	92.272
Bancos	7.560	183
Banco do Brasil S.A.	Acionista 7.560	183
Sinistros liquidados a recuperar com ressegurador	45.391	21.344
IRB-Brasil Resseguros S.A.	Coligada 34.499	20.351
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada 6.877	610
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada 4.015	383

Aliança do Brasil Seguros S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

Provisões técnicas de ativos de resseguro		79.055	69.447
IRB-Brasil Resseguros S.A.	Coligada	29.915	37.907
MAPFRE GLOBAL RISKS COMPAÑIA INTERNACIONAL	Coligada	2	6
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	41.628	26.819
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A.	Coligada	7.510	4.715
Títulos e créditos a receber - Compartilhamento		68	186
Brasilveículos Companhia de Seguros (*)	Coligada	-	9
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	-	177
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada	68	-
Títulos e créditos a receber - Outros		1	1.112
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	Coligada	-	2
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	1	1.110
Ativo não circulante		22.819	27.234
Provisões técnicas de ativos de resseguro		22.819	27.234
IRB-Brasil Resseguros S.A.	Coligada	20.721	22.948
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	1.429	3.501
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A.	Coligada	669	785
Total do ativo		154.894	119.506
Passivo circulante		55.190	19.525
Obrigações a pagar - Compartilhamento		1.833	2.201
Brasilveículos Companhia de Seguros (*)	Coligada	75	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	652	-
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	1.106	2.195
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada	-	6
Obrigações a pagar - Outras		(30)	1
Banco do Brasil S.A.	Coligada	(2)	-
BB Administradora de Consórcios S.A.	Coligada	5	-
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	7	-
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Coligada	(42)	-
Protenseg Corretora de Seguros Ltda.	Coligada	1	-
Companhia Brasileira de Soluções e serviços (CBSS)	Coligada	1	1
Outras contas a pagar		-	-
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	-	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	-	-
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	-	-
Prêmios de resseguro cedido		53.387	17.323
IRB-Brasil Resseguros S.A.	Coligada	37.520	8.333
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional	Coligada	-	-
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	6.125	5.718
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A.	Coligada	9.742	3.272
Total do passivo		55.190	19.525
		30/06/2018	30/06/2017
Resultado			
Prêmios de resseguro cedido		(31.699)	(49.153)
IRB-Brasil Resseguros S.A.	Coligada	(21.687)	(31.430)
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional	Coligada	(4)	-
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	(6.291)	(14.239)
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A.	Coligada	(3.717)	(3.484)
Sinistros ocorridos		(10.463)	(8.702)
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligada	(10.463)	(8.702)
Recuperação de sinistros ocorridos		11.770	4.259
IRB-Brasil Resseguros S.A.	Coligada	7.758	(6.459)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	2.750	2.867
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A.	Coligada	1.262	7.851
Custo de aquisição		(78.641)	(90.423)
Banco do Brasil S.A.	Acionista	(22.357)	(31.625)
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	(56.284)	(58.798)
Varição dos custos de aquisição diferidos		284	-
Banco do Brasil S.A.	Coligada	284	-
Outras receitas e despesas operacionais - Outros		(492)	(37.882)
Brasilveículos Companhia de Seguros (*)	Coligada	6	16
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	-	84
IRB-Brasil Resseguros S.A.	Coligada	3.680	(29.565)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	16	138
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	(2.350)	(5.669)
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A.	Coligada	(1.844)	(2.886)
Despesas administrativas - Compartilhamento		84.514	(64.970)

Aliança do Brasil Seguros S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

Brasileículos Companhia de Seguros (*)	Coligada	2.198	(2.084)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	10.059	(11.802)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	71.916	(50.096)
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada	341	(988)
Despesas administrativas - Pessoal		343	(1.441)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	-	(12)
MAPFRE Saúde Ltda	Coligada	(16)	(1.346)
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	Coligada	453	-
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Coligada	(94)	(83)
Despesas administrativas - Outras		6	(13)
Banco do Brasil	Acionista	-	(13)
Brasileículos Companhia de Seguros (*)	Coligada	15	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	-	-
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	(9)	-
Receitas financeiras - Outras		-	43
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	-	43
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	Coligada	-	-
Despesas financeiras - Outras		(1.895)	(488)
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM	Coligada	-	(488)
IRB-Brasil Resseguros S.A.	Coligada	(796)	-
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	(1.053)	-
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A.	Coligada	(46)	-
Despesas financeiras - Taxa de administração		(630)	(313)
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM	Coligada	(630)	(313)
Total do resultado		(26.903)	(249.083)

(*) Refere-se a compartilhamento de despesas das empresas do GRUPO.

(**) As ações do IRB Brasil Resseguros S.A. foram vendidas no segundo semestre de 2017, deixando assim de ser considerada como parte relacionada.

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

É contabilizada na rubrica “Despesas administrativas” a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram de R\$ 828 (R\$ 424 em 30 de junho de 2017).

c) Compartilhamento de despesas

As despesas administrativas das empresas operacionais do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos.

O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing).

28. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período totalizaram R\$ 94 (R\$ 83 em 30 de junho de 2017).

Aliança do Brasil Seguros S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa Líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321, de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre a Seguradora.

* * *

Diretoria

Fernando Barbosa de Oliveira - Diretor Presidente
Luis Guitiérrez Mateo - Diretor Vice-Presidente
André Renato Viard Fortino
Camilo Buzzi
Carlos Alberto Landim
Leonardo Giuberti Mattedi
Luis Felipe Lebert Cozac
Mauricio Galian
Raphael de Luca Júnior
Wady José Mourão Cury

Contadora

Simone Pieretti Gonçalves
CRC 1SP 183717/O-5

Atuária

Adriana Nery Osassa Okada
MIBA 1031

MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 1º SEMESTRE DE 2018

O Comitê de Auditoria da MAPFRE BB SH2 Participações S.A., é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna.

É constituído por três membros efetivos e está instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 321, de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Seguros Gerais S.A. e BB MAPFRE Assistência S.A.

Os administradores da empresa líder e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, auditorias interna e externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho e com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização o comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações contábeis, ao sistema de controles internos, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, processo de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Contábil Independente, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas.

Fundamentado nas informações colhidas a partir do acompanhamento dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e externa, pela autoridade supervisora e pela área de controles internos, o Comitê considera que o Sistema de Controles Internos das empresas abrangidas apresentou deficiências em algumas situações demandando esforços da Administração em manter estreito acompanhamento dos riscos e priorizar a implementação dos projetos em andamento e das recomendações das auditorias.

Revisou as demonstrações contábeis, notas explicativas e o relatório da administração da Brasilveículos Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A. e discutiu com o auditor independente seus relatórios e apontamentos.

As demonstrações financeiras da empresa Mapfre Seguros Gerais S.A. encontram-se pendentes de finalização e emissão de parecer da Auditoria Independente devendo ser objeto de manifestação específica do COAUD após a aprovação pela Administração.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) O sistema de controles internos da empresa líder e de suas subsidiárias alcançadas pelo Comitê apresentou deficiências em algumas situações demandando esforços da Administração em manter estreito acompanhamento dos riscos e priorizar a implementação dos projetos em andamento e das recomendações das auditorias;
- b) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- c) A auditoria externa é efetiva e as informações por ela fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

- d) As demonstrações financeiras da Brasilveículos Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A. se apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas em 30/06/2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados.

São Paulo (SP), 28 de agosto de 2018.

João Décio Ames
Coordenador

Luiz Cláudio Ligabue
Membro Titular

Mario Teixeira de Almeida Rossi
Membro Titular